

CAPÍTULO 5

Carreiras e trajetórias de futebolistas a partir da produção bibliográfica brasileira

Arlei Sander Damo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

INTRODUÇÃO

Estudar as carreiras de futebolistas significa abordar o futebol como um todo, já que suas performances estão no epicentro das atenções. As carreiras se entrelaçam com os circuitos de competição, agências privadas e estatais, legislações nacionais e internacionais, valores morais, emoções, *expertises* científicas, rendimentos corporais e assim por diante. As carreiras de futebolistas, que se originaram e se desenvolveram com a espetacularização do futebol e com o mercado de entretenimento, deram origem a carreiras conexas, nas áreas da medicina, do treinamento, do jornalismo, na produção de equipamentos, de gestão, entre muitas outras.

As trajetórias futebolísticas são acompanhadas com grande interesse do público aficionado; pouco tempo atrás, eram apenas os homens que suscitavam veneração e idolatria — por vezes as acu-

sações e insultos —, mas nas últimas décadas também as mulheres passaram a ser integradas a esse universo. Aliás, até há pouco tempo declinava-se o gênero de futebolistas no masculino — e o mesmo se aplica aos torcedores —, mas há mudanças em curso, e nossas abor-dagens precisam dar conta delas.

A maneira como temos estudado as carreiras futebolísticas não está desconectada do contexto mais amplo da sociedade brasileira. Ainda que o propósito deste texto seja bem específico, é preciso considerar que os estudos esportivos tiveram um início lento, nos idos da década de 1970, até se consolidarem ao longo das décadas de 1990 e 2000, em grande parte em razão do aumento de recursos destinados às universidades por governos progressistas, particularmente com Lula-Dilma. Estamos, pois, distantes do contexto inicial, quando um texto qualquer sobre futebol principiava pela queixa em relação à escassez de bibliografia e à existência de preconceitos em torno do tema.

Uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por exemplo, revelou mais de 3 mil trabalhos até 2024. Nessa profusão bibliográfica, o binômio carreira/trajetória aparece como um tema recorrente e consolidado, mas não se pode tratar dele sem um breve panorama acerca da emergência e da consolidação dos estudos esportivos no Brasil, o que farei na primeira parte deste ensaio. Na segunda, utilizarei dados quantitativos de teses para indicar as áreas de interesse sobre o futebol no contexto mais amplo da ciência brasileira, para, em seguida, abordar o tema das carreiras e trajetórias de futebolistas.

1. DA IDENTIDADE NACIONAL À DIVERSIDADE TEMÁTICA

O despertar das Ciências Sociais brasileiras para o tema do esporte encontrou resistências não muito diferentes de outros contextos (Bromberger 1998; Elias e Dunning 2008). A aversão à temática foi notória entre intelectuais de inspiração marxista, especialmente porque a América Latina era vítima de ditaduras sangrentas, e o futebol, usado como propaganda nacionalista. A ditadura militar implementada no Brasil em 1964 interferiu na organização das competições e fez do futebol seu projeto de integração nacional. A propaganda triunfalista, desencadeada após a conquista do tricampeonato no México, em 1970, coincidiu com o período mais intenso da repressão.

O futebol tornara-se popular desde as primeiras décadas do século XX, pouco depois de ter sido trazido da Inglaterra, e as transmissões radiofônicas, na década de 1930, e televisivas, na década de 1970, só aumentaram o gosto pela prática e pela fruição desse esporte. Os marxistas insistiam na natureza alienante do futebol, mas o conceito tinha seus limites. As etnografias urbanas que floresceram nas décadas de 1970 e 1980, desafiaram esse discurso *prêt-à-porter*. Isso também aconteceu com as festas populares — Carnaval, São João etc —, apresentações circenses, romarias religiosas e outros eventos que mobilizam as emoções das massas — o riso, o prazer e a devoção. Foi nesse contexto que surgiu a dissertação de Simoni Guedes (1977), considerada uma das primeiras obras acadêmicas sobre o futebol no Brasil.

Mas não se pode dizer que até então o futebol fosse alheio às formas discursivas mais elaboradas, para além da oralidade e da escrita

ordinárias que desde sempre se ocupam com as rotinas dos jogos. Havia uma variante, que poderia ser considerada a proto-história da produção acadêmica, caracterizada por uma variedade de contribuições de poetas e romancistas que, por motivos diversos, escreveram contos e poemas alusivos ao futebol. Também havia a crônica esportiva com características que se aproximavam da crítica literária, promovendo nexos entre os jogos e outras esferas da vida social. Questões de ordem moral sempre foram um combustível para tais narrativas, mas não menos importantes foram as diferenças culturais, que estão no cerne dos debates sobre identidade nacional, recorrentes desde que o Brasil passou a integrar os circuitos de competições transnacionais e, particularmente, depois da participação na Copa da França, em 1938.

Foi a partir das críticas à apropriação do futebol pela ditadura, formuladas por cronistas politicamente engajados, que as Ciências Sociais se voltaram para o debate sobre a identidade nacional. O tema tornou-se recorrente nas décadas de 1980 e 1990, período de instabilidade econômica que viu o florescimento de movimentos políticos e culturais. De outra perspectiva, pode-se dizer que a produção acadêmica se alterou com a crítica esportiva, agregando teorias e métodos acadêmicos ao debate. Textos clássicos como os de Huizinga e Callois, e à época contemporâneos, como Bourdieu e Hobsbawm, foram integrados a contribuições de autores proeminentes de diversas disciplinas. Nessa miscelânea bibliográfica, a coletânea *Universo do futebol* (DaMatta 1982) tornou-se uma espécie de denominador comum.

A tradução de *Quest for excitement*, de Elias e Dunning (2008), chegou ao Brasil em meados da década de 1990 e coincidiu com uma

mudança de foco temático da identidade nacional para outras formas de identificação, particularmente aquelas associadas ao clubismo. Inicialmente, foi a violência entre os grupos organizados que escalou à mídia e ensejou questionamentos mais profundos daqueles de senso comum, disseminados entre jornalistas especializados, dirigentes esportivos e as forças repressivas estatais. No caso brasileiro, a escalada dos confrontos foi gradual, a partir do aumento da quantidade de deslocamento dos grupos organizados, ao longo da década de 1970, cada viagem sendo uma ocasião singular para a realização de *performances* de masculinidade. Na década de 1990, quando o público nos estádios se recuperou após uma crise em meados da década anterior, a violência escalou ao nível do hooliganismo.

Paradoxalmente, a violência atuou como uma dupla ruptura epistemológica no emergente campo dos estudos esportivos. No âmbito das Ciências Sociais, particularmente para aqueles que consideravam o futebol um assunto frívolo, a violência espetacularizada de grupos juvenis tornou-se um problema social de difícil explicação por teorias convencionais. A realização de pesquisas empíricas surgiu como uma necessidade tangível nos campos mais radicais das Ciências Sociais, e outros temas foram introduzidos em torno do conflito e da violência. Além disso, as publicações que surgiram — e o papel da etnografia deve ser enfatizado, para além do espectro do campo antropológico — posicionaram-se como um contraponto à crônica esportiva, cuja tendência moralista buscava atribuir a violência a grupos marginais infiltrados.

Se o tema das identidades nunca perdeu sua relevância, outros galgaram espaço, seja sob a influência de debates extra-acadêmicos,

seja pela diversificação dos estudos esportivos. É o caso do tema das carreiras/trajetórias, impactado pelo processo de globalização da década de 1990. O fluxo de brasileiros para os mercados europeus remonta à década de 1930, mas foi na década de 1980 que esse tema entrou no debate. Entre os jogadores convocados para a Copa do Mundo de 1978, nenhum atuava em clube estrangeiro; foram dois em 1982 e 1986, e doze em 1990, tendência que se manteve desde então (Damo 2007, Rial 2008).

Ao fluxo de atletas correspondeu, em sentido inverso, o de imagens. O futebol brasileiro viu-se duplamente depreciado: pela queda na qualidade dos espetáculos em razão da migração dos atletas mais performáticos e de comparações desfavoráveis em relação aos circuitos europeus, sobretudo em termos de organização e infraestrutura. Incapazes de lidar com o assédio de clubes estrangeiros — não se deve perder de vista questões macroeconômicas, incluindo-se a disparidade da moeda brasileira —, os clubes passaram a investir na formação de jogadores, e rapidamente o Brasil se tornaria um dos principais fornecedores de “pés de obra” para o mercado europeu e, inclusive, para o asiático.

Até a década de 1990, a formação de atletas não era abordada de forma especializada. Os clubes profissionais dispunham de categorias de base, mas seu funcionamento era precário, com a reutilização de espaços, equipamentos e mesmo de pessoas. O recrutamento e o treinamento eram realizados por ex-profissionais cujas carreiras haviam sido pouco promissoras ou não tinham perspectiva de reconversão para fora do campo futebolístico. Por volta de 2000, a

realidade havia mudado, por conta dos efeitos do “Caso Bosman” e da Lei Pelé, promulgada em 1998, tendo ambos favorecido a livre circulação dos jogadores, com notável benefício para os atletas mais performáticos e uma cadeia de agenciadores que passaram a operar as transações, antes acordadas por dirigentes de clubes, não raro, de forma amadora.

Os jovens em formação tornaram-se uma espécie de mercadoria, e sua venda, uma das principais fontes de receita para os clubes brasileiros. Além dos agenciadores responsáveis pela intermediação dos contratos – em alguns casos, até da vida pessoal desses atletas –, consolidaram-se os centros de formação/treinamento. Os clubes que ainda não dispunham desses espaços trataram de edificá-los e/ou atualizá-los, equipando-os com aparelhos sofisticados, profissionais com diploma universitário, tecnologias de treinamento adaptadas e um circuito de competição local e nacional articulado ao recesso do calendário escolar, para as categorias até Sub-17, ou da equipe profissional. Tudo isso visava fornecer aos jovens as competências necessárias para um desempenho de alta *performance* e, por extensão, transformá-los em potenciais *commodities*. Embora a legislação brasileira impusesse certas restrições à exploração de menores – o Estatuto da Criança e do Adolescente fora criado em 1990 – a falta de fiscalização e o desejo dos garotos de se tornarem atletas de sucesso, muitas vezes sob pressão de suas famílias, contribuíram para o sucesso do empreendimento comercial.

As Ciências Sociais foram sensíveis à realidade, como atestam as diversas teses e dissertações sobre formação profissional, um dos

temas mais recorrentes desde os anos 2000. O fato de já termos um campo em vias de consolidação — com a publicação de artigos, GTs e diferentes eventos, teses/dissertações destacadas etc. — facilitou a consolidação da nova temática e mais do que em outros temas, talvez, tem havido um fluxo entre a produção no campo das Ciências Sociais — notadamente da Antropologia e da Sociologia — com áreas de educação, Educação Física, comunicação, entre outras (Spaggiari 2014; Souza *et al.* 2008).

A proliferação de temas acompanhou a expansão da pesquisa, com destaque para os megaeventos esportivos — a Copa do Mundo masculina de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 —, a partir dos quais se discutiu as atualizações nas infraestruturas, em especial dos estádios, e seus impactos no perfil do público e nas dinâmicas do espetáculo. Também adquiriu tração os trabalhos sobre futebol comunitário/de várzea; sobre a relação entre futebol e política, com foco particular nas intervenções estatais durante a ditadura militar de 1964-1985; sobre representações da brasilidade em crônicas esportivas, recorrentes nos campos da comunicação e da historiografia; e especialmente, na última década, sobre o futebol feminino — assunto que será retomado.

2. PRODUÇÃO EM GERAL E PRODUÇÃO SOBRE CARREIRAS E TRAJETÓRIAS

O florescimento e a diversificação da pesquisa em e sobre futebol no Brasil não se explica sem levar em conta a expansão da pós-graduação universitária iniciada na década de 1990, acompanhando o desenvolvimento das universidades privadas e a consequente

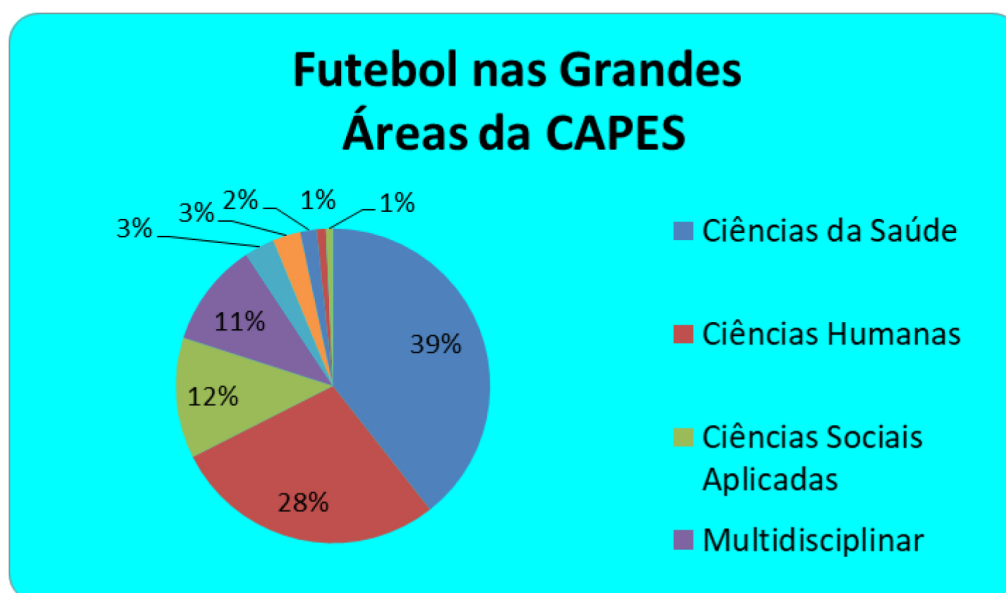
demanda por docentes. Todavia, é nas últimas duas décadas que a produção acadêmica sobre futebol dá um salto significativo, graças à aceleração do crescimento iniciado na década anterior, a partir do governo Lula, em especial durante seu segundo mandato (2007-2011), desta vez por conta da difusão das universidades públicas e dos recursos de financiamento à pesquisa.

Para corroborar algumas dessas afirmações, consulte o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em meados de 2024. Digitando o termo “futebol” no sistema de buscas, retornaram 3.079 indicações, incluindo 603 teses de doutorado e 2.476 dissertações de mestrado. Trata-se de uma amostra, visto que essas produções geram artigos e livros. Outras produções, não relacionadas a dissertações e teses, não estão contempladas nesse acervo, pelo que o mesmo deve ser usado com cautela.

Para os fins desta apresentação, optei por trabalhar apenas com teses, por serem mais consistentes — ou, pelo menos, presume-se que sejam. A figura 1 (pág. seguinte) — *Teses sobre futebol produzidas no Brasil* — apresenta os dados quantitativos em ordem cronológica e confirma o início da produção na década de 1990.

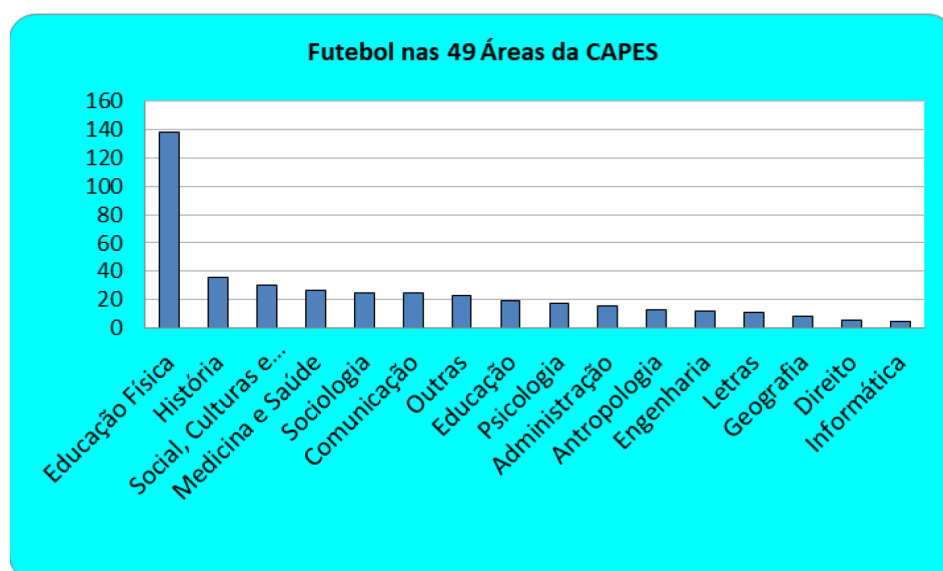


Observamos que a produção aumentou na década de 2000, com alguma intermitência, e seguiu a tendência de crescimento sob o impacto dos megaeventos esportivos no Brasil. Dada a duração mais alongada das teses, pode-se supor que tal impacto se estende para além da realização da Copa 2014 e dos Jogo Olímpicos 2016, razão pela qual a produção perfaz uma média superior a 40 teses entre 2016 e 2023, com picos em torno de 50 produções em 2018, 2021 e 2022. Para avaliar a distribuição dessa produção por áreas e subáreas do conhecimento, segui os parâmetros de classificação da Capes, que possui quatro subdivisões para fins de avaliação. A primeira delas, denominada Grande Área, possui nove divisões; em um segundo nível, há 49 áreas de tamanhos variados, nas quais Sociologia e Antropologia são separadas. As demais subdivisões não são relevantes para os fins desta análise.



A figura 2 — *Futebol nas Grandes Áreas da Capes* — mostra que as teses de doutorado sobre futebol se concentram nas ciências da saúde, seguidas pelas humanidades. As duas áreas combinadas representam 67% da produção. Na sequência vêm as Ciências Sociais Aplicadas e a área multidisciplinar. As demais áreas não são muito representativas.

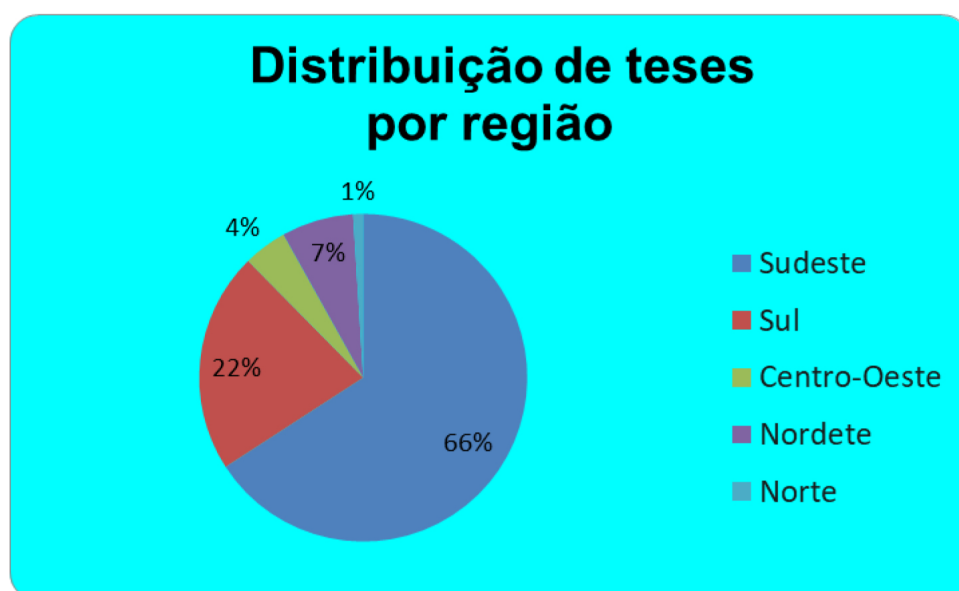
Uma amostra das 49 áreas, que constituem o segundo nível de segmentação, permite definir melhor a concentração da pesquisa sobre futebol, conforme a figura 3:



A área da Educação Física, que faz parte das ciências da saúde, se destaca com nitidez: o futebol é abordado sob diferentes ângulos, com particular interesse em temas mais próximos do treinamento de alta *performance*, fisiologia e biomecânica. Também merecem destaque as áreas de História, Sociologia e Antropologia, além de uma área híbrida denominada “Social, Culturas e Sociedade” — essa área

envolve perspectivas interdisciplinares com viés sociocultural, todas agrupadas sob a área de estudo Ciências Humanas. Por outro lado, as Ciências Econômicas pouco se interessam pelo futebol, em que pese a estimativa de que ele contribua com 0,72% do PIB brasileiro.

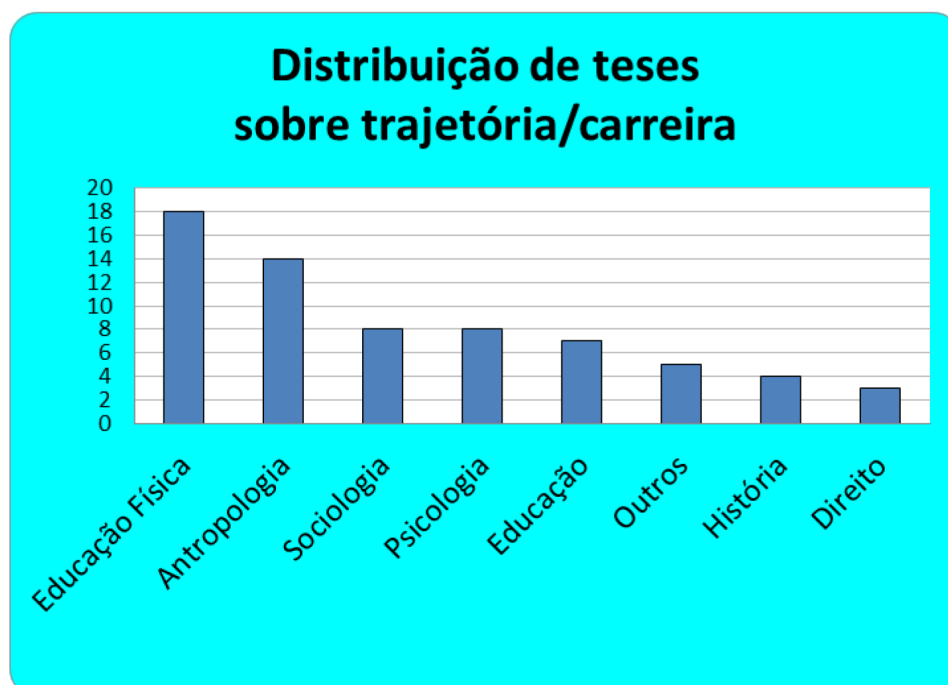
Por fim, cabe destacar que a produção de teses se concentra nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Esse número reflete, em certa medida, a concentração de instituições de ensino superior, em especial aquelas com maior tradição em pesquisa e maiores recursos para tal.



De fato, a Região Sudeste concentra 66% da produção de teses sobre futebol, superior à concentração demográfica (41,8% da população), econômica (52,3% do PIB) e de ensino superior (45,1% das matrículas). A concentração se aproxima dos indicadores relativos à elite do clubismo: 69,2% dos 13 maiores clubes brasileiros estão sediados na Região Sudeste, que também concentra 66,18% da

receita dos clubes das Séries A e B e 79% das preferências clubísticas nacionais de parte dos torcedores.

Em uma etapa subsequente, a busca no Catálogo de Teses e Dissertações foi realizada utilizando os verbetes “carreira”, “trajetória” e “profissão”, sempre acompanhados do termo “futebol”. Após selecionar os títulos resultantes da busca, eliminei repetições e excluí teses muito específicas, especialmente no amplo campo das ciências da saúde. Por fim, realizei uma espécie de “busca ativa” para localizar teses cuja existência conhecia, mas que haviam sido detectadas pelo “buscador” do Acervo Capes. Ao final desse procedimento, obtive 69 teses sobre o tema carreira/trajetória de jogadores de futebol, a mais longa concluída em 1997. Mais da metade das teses se concentram na última década: 23 teses defendidas entre 1997 e 2010; 35 entre 2011 e 2020; por fim, 11 entre 2021 e 2023.



Mais uma vez, a Educação Física ocupa um lugar destacado, mas não tanto quanto no gráfico anterior, com a Antropologia figurando na sequência. Considerando-se que esta última área possui dimensões reduzidas, fica evidenciado o que foi dito anteriormente acerca da importância atribuída à pesquisa sobre futebol na antropologia brasileira. É importante notar que 20% dessas teses se concentram no futebol feminino, tema que teve um desenvolvimento tardio, por volta de 2010, sendo que 60% das defesas foram realizadas depois de 2018. Dessas teses, 70% foram escritas por mulheres. Entre as demais teses, que não abordam explicitamente a questão de gênero, mas se concentram no futebol masculino, 78% foram escritas por homens. Não há espaço para considerações mais detalhadas a respeito, mas não custa dizer que é evidente a diferença de abordagem do tema carreiras/trajetórias considerando a questão de gênero. As teses sobre as carreiras masculinas, raramente dão ênfase a uma discussão de gênero, muito diferente das teses sobre as mulheres, cujo tratamento conceitual é mais consistente, com o suporte de literatura extraída de outros espaços de produção que não o esportivo, e também mais politizada. Em se tratando de marcadores sociais de diferenças, as teses sobre carreiras masculinas enfatizam muito as questões etária, de classe e, mais recentemente, de cor.

3. CARREIRAS E TRAJETÓRIAS SEGUNDO UMA ABORDAGEM QUALITATIVA

Antes de discutir o termo “trajetória”, conforme utilizado nas teses consultadas, cabe ressaltar que ele é amplamente aplicado para além

da pesquisa acadêmica no espectro esportivo, tanto com fins comerciais quanto memorialísticos, por intermédio da escrita de historiadores amadores e jornalistas. Há um nicho de mercado para esta modalidade de produção, com foco em atletas renomados que por vezes são alvo de várias produções, nem todas autorizadas, não muito diferente do que acontece no meio artístico. Em muitos casos, as biografias são uma estratégia de marketing visando a consolidação de uma marca, associada ao próprio atleta – Neymar teve a sua antes dos 30 anos; Messi, Cristiano Ronaldo e Beckham têm várias. Com a estrutura narrativa orientada para a promoção pessoal, tais narrativas apresentam escassa utilidade como fonte primária. Uma segunda variante do gênero envolve a pesquisa documental, com certificação de fontes e narrativas. Trata-se de uma variante que privilegia as carreiras consumadas, na maioria dos casos escritas após a morte dos jogadores, como no caso da célebre biografia de Garrincha, escrita por Ruy Castro (1995). Tais biografias visam um nicho de mercado mais exigente, um público que consome biografias como gênero literário, independentemente das especificidades das carreiras.

Já nas teses consultadas, o uso do termo trajetória e a biografia como estratégia metodológica seguem um padrão diferente, mas raramente encontramos uma discussão conceitual sobre trajetória, quanto menos sobre carreira. Em todo o caso, há exemplos de excelentes trabalhos nessa linha, como “A desaparecimento da “alegria do povo”, de José Sérgio Leite Lopes e Sylvain Maresca (1989). Embora não seja uma tese e, portanto, não esteja no acervo tomado como base analítica, trata-se de um ótimo exemplo do que considero o uso biográfico como estratégia contextual, afora o fato de ser citado

regulamente nas teses consultadas. Nesta mesma linha temos a tese “Pelé e o complexo de vira-latas: discursos sobre raça e modernidade no Brasil”, de Ana Paula da Silva (2008), em cujo cerne encontra-se o debate sobre representações de raça/cor/etnia e as moralidades associadas, sendo a trajetória de Pelé uma espécie de *leitmotiv*.

Quanto às teses em que o termo trajetória é o foco central, elas se situam, em sua maioria, no campo da Antropologia. O conceito se baseia nas referências bibliográficas de Gilberto Velho, um dos representantes da antropologia urbana brasileira. Como Velho foi influenciado pelo interacionismo norte-americano, não é incomum que Howard Becker e Erving Goffmann, entre outros, também sejam citados. Nesse caso, a ênfase não está nos aspectos jurídicos e econômicos das carreiras, mas sim nos projetos e escolhas individuais, na micropolítica e na sociabilidade. Essas teses focam os dilemas individuais sem perder de vista o coletivo, muito presente também nas teses na área da Educação Física, que também desfruta desse referencial. Por sua vez, a historiografia parece ter evitado o conceito de trajetória, assim como a abordagem biográfica em geral, talvez por receio da crítica ao gênero amplamente disseminada no espectro da própria disciplina.

Os termos carreira e trajetória estão intimamente relacionados, pois ambos enfatizam a ideia de percurso. Contudo, quando o termo carreira é usado como sinônimo de profissão, deveria enfatizar, em alguma medida, a constituição do percurso em si, de como se tornou possível na atualidade uma pessoa se tornar famosa e milionária trabalhando com os pés, algo impensável há dois séculos. Neste caso

o foco seria os dispositivos, múltiplos e heterodoxos, acionados para viabilizar a carreira em si, como um percurso em que alguns contribuem na construção enquanto outros vão apenas percorrer — imagino o caso de Zico, Cerezo e outros atletas brasileiros que protagonizaram a profissionalização do futebol no Japão; pouco ou nada há de escrito sobre isso. Uma carreira consolidada inclui a possibilidade de remuneração, conformação às legislações trabalhistas, circuitos de competição, público aficionado, mecanismos de inclusão/exclusão e tantos outros dispositivos que vão bem além das habilidades corporais.

Dentro da divisão social mais ampla do trabalho intelectual, a Sociologia concebeu a questão das carreiras e/ou profissões com base em perspectivas muito diversas, que remontam clássicos da disciplina. De modo geral, a produção brasileira sobre as carreiras futebolísticas, inclusive no campo da Sociologia, não parece tão interessada em discussões clássicas sobre profissões e isso parece ter muito a ver com as dinâmicas do próprio campo. A autorrepresentação dos profissionais — especialmente os bem-sucedidos — aproxima-se mais do mundo artístico do que do industrial, comercial ou liberal. As diferenças de prestígio e renda são abissais e naturalizadas, não raro explicadas pelo dom. Sem uma atuação corporativa para além daquela exigida pela dinâmica do jogo, e talvez em razão das exigências extenuantes dessa rotina, os atletas raras vezes atuam de forma coordenada em busca de garantias trabalhistas ou pautas equivalentes. Trabalhos de inspiração marxista, que enfatizam organizações corporativistas e suas demandas, teriam dificuldade de lidar com esse cenário, em particular o brasileiro.

No futebol, as carreiras estão diretamente ligadas aos circuitos competitivos, pois são eles que efetivamente engajam o público, tanto em relação ao clubismo quanto ao nacionalismo (competições envolvendo representações nacionais). São os circuitos competitivos que desafiam as identificações coletivas proporcionadas pelos clubes, e é esse engajamento que, para citar Bromberger (1998), dá “sabor e significado” a um jogo prosaico realizado com os pés. Ressalto a importância dos circuitos porque eles nos ajudam a compreender as diferenças de carreira com base no gênero, sendo a “profissionalização” uma bandeira de luta para as mulheres, algo ausente no caso da profissionalização masculina, no bojo da qual sobressai o embate com o amadorismo – ou será que essa narrativa deva ser revisada?

Na Europa e na América do Sul, a profissionalização masculina se efetivou na década de 1930, a partir de acordos entre clubes e ligas. A literatura brasileira tem examinado criticamente a relevância de uma cronologia baseada em marcos legais e o fato de que a possibilidade de remuneração não alcançava todos os jogadores. Em geral, os ganhos eram circunscritos a algumas dezenas de clubes – e tão baixos, que apenas egressos das classes trabalhadoras foram atraídos pelo profissionalismo. Mesmo as estrelas da época raramente conseguiam acumular dinheiro durante a carreira para a aposentadoria precoce, e por conta disso recebiam empregos públicos como prêmios, como na Copa do Mundo de 1958. Durante minha tese, realizei um estudo com pré-adolescentes em escolas de Porto Alegre (Damo 2005). Os resultados mostraram que a carreira de futebolista para homens ainda era estigmatizada entre as classes altas, provavelmen-

te por permanecer associada às classes populares – quanto às mulheres, esta era uma questão sem sentido há duas décadas.

A literatura brasileira enfatiza fortemente o papel de jogadores oriundos das classes trabalhadoras na transformação de jogo em espetáculo e mostra que alguns desses atletas alcançaram o *status* de representantes da nação. No entanto, essa mesma literatura tem dado pouca atenção à questão de gênero e ao fato de que, em 1941, foi editado um decreto federal proibindo a organização de competições femininas de futebol no Brasil (Bonfim 2019). Embora os textos mostrem que a proibição não pôs fim à prática, ela dificultou a formação de circuitos competitivos, impedindo às mulheres o direito à representação de coletividades, clubísticas e nacionais.

Se considerarmos que o futebol de espetáculo é, em boa medida, uma performance de representação e, particularmente, de representação política, pois exercida por atletas remunerados em favor de comunidades às quais os times pertencem, temos a exata dimensão do que implicou a restrição encetada pelo Estado Novo na década de 1940. Ademais, as carreiras masculinas se beneficiaram da infraestrutura fornecida pelo Estado, incluindo estádios monumentais erguidos para o espetáculo do futebol que, por extensão, reafirmaram os homens como representantes legítimos das associações coletivas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor desde 1943, já previa o reconhecimento pela Justiça do Trabalho dos contratos firmados entre clubes e atletas, embora a regulamentação específica só tenha surgido em 1976.

Outro marco legal importante para as carreiras foi a criação da Lei 9.615 (Brasil 1998), conhecida como Lei Pelé, que reconfigurou o

formato dos contratos após o impacto do “Caso Bosman” na Europa. Curiosamente, essa lei tem destaque nas teses sobre carreiras masculinas, mas raramente nas femininas, pois à época raras mulheres possuíam um contrato de trabalho profissional e tampouco eram consideradas *commodities*. Os centros de formação, referidos há pouco como estratégia econômica dos clubes, não previam sua utilização pelas mulheres e só recentemente surgem dissertações e teses enfocando tais aspectos. De fato, a Lei Pelé trouxe poucos benefícios para os profissionais da base da pirâmide. Não há mais clubes ou competições do que havia três décadas atrás, embora tenha havido um aumento exponencial no fluxo de recursos acumulados pelos profissionais, no auge de algumas carreiras, que estão no topo da pirâmide. Também não há mais atletas profissionais em atividade no Brasil, embora a nova regulamentação tenha beneficiado a circulação, tanto nacional quanto internacionalmente.

No caso do futebol de mulheres, a literatura tem destacado as lutas travadas no final da década de 1970 para revogar o decreto misógino de 1941 (Costa 2017). A profissionalização foi regulamentada na década seguinte, mas o progresso nas três décadas subsequentes foi lento e intermitente, marcado pelo desdém dos clubes tradicionais. Não é por acaso que o time de maior destaque na década de 1980 foi o Radar, sem tradição futebolística no circuito masculino (Almeida 2013). Ao longo da década de 1990, houve tentativas de promover o futebol de mulheres apelando à sensualização dos corpos. A revista *Placar*, publicação mais influente do futebol na época, editada por homens e voltada para um público masculino, come-

çou a exibir jogadoras com trajés e trejeitos sensuais (Haag 2023). Os uniformes chegaram a ser redesenhados para ressaltar os corpos, mas a estratégia acabou se mostrando ineficaz junto ao público. Além de criticada pelos setores mais progressistas da sociedade brasileira, encontrou forte resistência de jogadoras que desejavam reconhecimento e valorização de suas *performances* atléticas (Pisani 2012, Souza Júnior 2013).

A criação da Copa do Mundo Feminina, em 1991, ajudou a dar visibilidade e legitimidade à representação nacional feminina. No entanto, é a recente pressão exercida pela FIFA sobre as federações e confederações, e destas sobre os clubes, que tem dado novo impulso à carreira. Trata-se de uma política privada que tem tido impacto concreto na consolidação das competições em níveis nacional e continental, com contratos mais longos e salários mais altos. O novo cenário ainda é demasiado recente para avaliações definitivas, mas é inegavelmente uma conquista notável (Almeida 2019).

Embora as jogadoras de futebol estejam apenas começando a vislumbrar a possibilidade de autonomia financeira, pelo menos aquelas de clubes que participam dos circuitos gerados pelas políticas privadas em questão, sabe-se que suas rendas ainda estão muito aquém dos homens. Essa situação não é exclusiva do Brasil, embora tenha se normalizado devido à longa tradição de desigualdade. De certa forma, a carreira esportiva parece ser concebida como uma carreira artística, um campo em que as diferenças são exorbitantes e as lutas por igualdade permanecem frágeis. Mesmo sendo um esporte coletivo, algo que futebolistas reafirmam tautologicamente no dia a dia, essa percepção parece limitada ao desempenho em campo.

Quando se pensa em trajetórias, um viés individualista e meritocrático se impõe e acaba normalizando o sucesso e o fracasso, mesmo que este último possa ser justificado pelas ações de outros.

PERSPECTIVAS

Não haveria mais de 600 teses sobre futebol se não fosse o forte crescimento dos programas de pós-graduação no Brasil, que se deve ao aumento de recursos para a produção científica durante governos progressistas. O país sofreu reveses políticos e eleitorais recentes, mas conseguimos manter as estruturas. No entanto, o cenário não é totalmente promissor, nem para as humanidades, nem para as demais áreas que se relacionam conosco.

Se olharmos para a dinâmica interna do campo de estudos esportivos e, particularmente, do futebol, deve-se notar o aumento do interesse por modalidades menos visadas pela mídia, como os circuitos comunitário/varzeano, indígena, LGBTQIAPN+, adaptado a pessoas com deficiência, entre outras. O futebol de mulheres está em fase de transição; deixou de ser um *outsider* e está atraindo pesquisas que antes se limitavam ao futebol masculino, a saber: fluxo de dinheiro, treinamento e alta *performance*, disputas internas, mercantilização, carreiras midiáticas etc. Certos marcadores antes normalizados estão sendo repensados pela academia, incluindo cronologias e a relação entre políticas públicas e privadas.

Não quero concluir esta apresentação de forma populista, enaltecendo as carreiras no futebol por terem permitido que pessoas

egressas das classes populares adquirissem visibilidade, prestígio e a legitimidade de serem representantes da nação e/ou dos clubes. É inegável que essas trajetórias são fruto de lutas dentro e fora de campo, mas agora precisamos olhar para o futuro e destacar os pontos onde os obstáculos persistem. Nesta perspectiva, é urgente refletir sobre as carreiras de treinadoras com igual ou maior interesse que as de atletas, tanto para homens quanto para mulheres. A escassez de mulheres treinando equipes femininas pode ser apenas um fato circunstancial, que em breve será superado. Caso contrário, exigirá explicações mais aprofundadas, baseadas na comparação e no contraste entre o campo esportivo e outros espaços. O mesmo vale para a trajetória dos treinadores negros que surgiram na última década e foram ofuscados pela importação de argentinos e portugueses, todos brancos, no que parece ser um movimento não orquestrado de dirigentes de clubes, apoiado pelo discurso midiático e até pelos torcedores, que merece uma longa e profunda investigação.

Mesmo com alguns percalços no financiamento à pesquisa, temos alcançado resultados promissores. A produção brasileira é qualificada, embora careça de reconhecimento internacional. Superamos resistências e criamos espaços férteis de diálogo e debate, compartilhando repertórios teóricos e metodológicos capazes de gerar pesquisas originais que abriram novos horizontes para se pensar o futebol. Quaisquer que sejam esses horizontes, o tema das carreiras/trajetórias haverá de se manter relevante e mesmo essencial, sobretudo se pudermos expandir o diálogo e aprimorar a perspectiva comparativa, seja ela histórica/geracional, nacional, de gênero e, sobretudo, para além do espectro do futebol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Caroline. 2013. “*Boas de bola*”: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ALMEIDA, Caroline. 2019. “O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do futebol feminino no Brasil”. *FuLiA/UFMG*, 4(1): 72-87.

BONFIM, Aira. 2019. *Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998*. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm.

BROMBERGER, Christian. 1998. *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*. Paris: Bayard.

CASTRO, Ruy. 1995. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras.

COSTA, Leda. 2017. “O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, (13): 493-507.

DAMATTA, Roberto. 1982. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke.

DAMO, Arlei. 2005. *Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DAMO, Arlei. 2007. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec.

DAMO, Arlei. 2021. “Dos grounds às arenas – as quatro gerações de estádios brasileiros em perspectiva antropológica”. *Museologia e Patrimônio – revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, 14(1): 212-246.

ELIAS, Norbert e Eric Dunning. 2008. *Quest for excitement: sport and leisure in the Civilising Process*. Dublin: University College Dublin Press.

GIGLIO, Sérgio e Enrico Spaggiari. 2010. “A produção das Ciências Humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)”. *Revista de História*, São Paulo, jul./dez., (163): 293-350.

GUEDES, Simoni. 1977. *O futebol brasileiro: instituição zero*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional/PPGAS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HAAG, Fernanda. 2023. “O futebol não foi profissional comigo, mas eu fui com ele”: o futebol como trabalho para as mulheres no Brasil

(1983-2023). Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LEITE LOPES, José Sergio e Sylvain Maresca. 1989. “La disparition de la ‘joie du peuple’. Notes sur la mort d’un joueur de football célèbre”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 79 : 21-36.

PISANI, Mariane. 2012. *Poderosas do Foz: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina.

RIAL, Carmen. 2008. “Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior”. *Horizontes Antropológicos*, 14(30): 21-65.

SILVA, Ana Paula. 2008. *Pelé e o complexo de vira-latas: discursos sobre raça e modernidade no Brasil*. 229f. Tese de Doutorado em Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, Camilo Araújo Máximo de, Alexandre Fernández Vaz, Tia-go Lisboa Bartholo e Antonio Jorge Gonçalves Soares. 2008. “Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros”. In: *Horizontes Antropológicos*, 30(14): 85-111. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832008000200004>.

SOUZA JÚNIOR, Osmar. 2013. *Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade*. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

SPAGGIARI, Enrico. 2014. *Família joga bola: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana*. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TOLEDO, Luiz Henrique de. 1996. *Torcidas organizadas*. Campinas: Autores Associados.